



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO  
TRIBUNAL FEDERAL**

**PETIÇÃO INICIAL AJCONST/PGR Nº 299591/2020**

O **PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**, com fundamento nos arts. 102, I, “a” e “p”, e § 1º; 103, VI, e 129, IV, da Constituição Federal de 1988; no art. 6º, III, da Lei Complementar 75, de 20.5.1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União); e na Lei 9.882, de 3.12.1999, vem propor

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL  
COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR**

objetivando o reconhecimento de prática inconstitucional consubstanciada na edição de atos comissivos e omissivos dos poderes públicos estaduais que concedem ou se abstêm de sustar pensões, aposentadorias especiais e benefícios similares concedidos e pagos pelos cofres públicos a ex-



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

governadores e a seus dependentes, tão somente em decorrência do mero exercício de mandato eletivo e/ou à margem do regime geral de previdência social.

**1. OBJETO DA AÇÃO**

Demonstrar-se-á que atos comissivos e omissivos dos poderes públicos que concedem, ou se abstêm de sustar, pensões, aposentadorias especiais e benefícios pagos pelos cofres públicos a ex-governadores, tão somente em decorrência do mero exercício de mandato eletivo e/ou à margem do regime geral de previdência social, contrariam o princípio republicano (art. 1º da Constituição Federal) e os princípios da igualdade (art. 5º, *caput*, da CF), da moralidade e da impessoalidade (art. 37, *caput*, da CF); a competência da União para dispor normas gerais sobre previdência social (art. 24, XII, § 1º, c/c art. 25, § 1º, da CF) e, ainda, o art. 37, XIII, que veda a vinculação de quaisquer espécies remuneratórias entre si, bem como o art. 40, § 13, da CF, que submete ao regime geral todos aqueles ocupantes de cargos temporários ou em comissão.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo levantamento realizado pelo sítio de notícias R7, em 2018, 18 (dezoito) estados brasileiros pagavam pensões a ex-governadores e seus dependentes, alcançando então a cifra de 23 milhões por ano. Seriam eles: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Acre, Mato Grosso, Maranhão, Paraná, Rondônia, Paraíba, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Goiás, Amazonas e Minas Gerais.<sup>1</sup>

A maioria dos estados acima referidos já teve suas normas respectivas impugnadas por meio de ações de controle concentrado, alguns deles mais de uma vez. Senão, veja-se: ADI 3.861/SC,<sup>2</sup> ADI 4.553/AC,<sup>3</sup> ADI 3.418/MA,<sup>4</sup> ADI 4.556/RS,<sup>5</sup> ADI 4.575/RO,<sup>6</sup> ADI 2.347/RO,<sup>7</sup> ADI 4.601/MT,<sup>8</sup> ADI 5.767/CE,<sup>9</sup> ADI

1 Disponível em: <https://www.polemicaparaiba.com.br/lupa/lupa-do-polemica-56-ex-deputados-estaduais-recebem-aposentadoria-especial-na-paraiba-veja-tabela-completa/> e <https://noticias.r7.com/economia/com-pensao-vitalicia-e-salario-ex-governadores-ganham-ate-r-64-mil-20092018>. Acesso em: 5 ago. 2020.

2 ADI 3.861/SC, ação julgada prejudicada, *DJe* 18.6.2018.

3 ADI 4.553/AC, ação julgada prejudicada, *DJe* 20.9.2017.

4 ADI 3.418/MA, Rel. Min. Dias Toffoli, Plenário, *DJe* 14.12.2018.

5 ADI 4.556/RS, ação julgada prejudicada, *DJe* 9.4.2018 (agravo regimental pendente de julgamento).

6 ADI 4.575/RO, ação julgada prejudicada, *DJe* de 23.2.2017.

7 ADI 2.347/RO, ação julgada prejudicada, *DJe* de 24.8.2001.

8 ADI 4.601/MT, Rel. Min. Luiz Fux, Plenário, *DJe* 7.11.2018.)

9 ADI 5.767/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, *DJe* de 29.10.2018.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

4.562/PB,<sup>10</sup> ADI 4.609/RJ,<sup>11</sup> ADI 4.545/PR,<sup>12</sup> ADI 3.853/MS,<sup>13</sup> ADI 4.169/RR,<sup>14</sup> ADI 4.544/SE,<sup>15</sup> ADI 4.555/PI,<sup>16</sup> ADI 4.552/PA,<sup>17</sup> ADPF 590/PA,<sup>18</sup> ADI 4.547/AM,<sup>19</sup> ADI 4.620/MG,<sup>20</sup> ADI 5.309/BA e ADI 5.473/BA.<sup>21</sup>

Os Estados do Paraná, Mato Grosso, Ceará, Sergipe, Piauí, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Roraima e Bahia suspenderam o pagamento de pensão vitalícia a ex-governadores em razão do decidido nas ADIs 4.545/PR, 4.601/MT, 5.767/CE, 4.544/SE, 4.555/PI, 4.609/RJ, 3.853/MS, 4.169/RR e 5.473/BA, respectivamente.

Já o Estado do Maranhão, a despeito do julgado proferido na ADI 3.418/MA, vinha pagando pensões a ex-governadores até o ano passado, quando foram suspensas pelo atual Governador.<sup>22</sup>

10 ADI 4.562/PB, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, *DJe* de 7.3.2019.

11 ADI 4.609/RJ, Rel. Min. Roberto Barroso, Plenário, *DJe* de 11.9.2018.

12 ADI 4.545/PR, Rel. Min. Rosa Weber, Tribunal Pleno, *DJe* de 7.4.2020.

13 ADI 3.853/MS, Rel. Min. Cármen Lucia, Tribunal Pleno, *DJe* de 26.10.2007.

14 ADI 4.169/RR, Rel. Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, *DJe* de 7.11.2018.

15 ADI 4.544/SE, Rel. Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, *DJe* de 11.9.2018.

16 ADI 4.555/PI, Rel. Min. Rosa Weber, Tribunal Pleno, *DJe* de 30.8.2019.

17 ADI 4.552/DF, Rel. Min. Cármen Lucia, Tribunal Pleno, *DJe* de 14.2.2019.

18 ADPF 590/PA, pendente de julgamento.

19 ADI 4.547/AM, ação julgada prejudicada, *DJe* de 28.8.2020.

20 ADI 4.620/MG, ação julgada prejudicada, *DJe* 1º.8.2012.

21 ADI 5.473/BA, Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, *DJe* de 18.2.2019.

22 Disponível em: <https://oaltoacre.com/governador-do-maranhao-corta-pensoes-de-ex-governadores-gladson-quer-fazer-o-mesmo-no-acre/>. Acesso em: 26 ago. 2020.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

No Estado de Santa Catarina, o art. 195 da Constituição Estadual, que previa a pensão especial a ex-governadores, foi revogado pela Emenda 75/2017, o que levou ao não conhecimento da ADI 3.861/SC. Mesmo sem base legal, o então Governador teria declarado à imprensa que iria continuar pagando os benefícios.<sup>23</sup>

Já a ADI 4.553/AC foi julgada prejudicada em razão da revogação do art. 77 da Constituição do Estado do Acre. Com efeito, a Emenda 46/2017 revogou o art. 77 da Constituição Estadual, que previa a pensão a ex-governadores. Todavia, como fixou efeitos a partir de sua publicação, tem-se notícia de que as pensões constituídas entre a promulgação da CF/1988 e a norma revogadora continuam sendo pagas pelo Instituto de Previdência do Acre (Acreprevidência).<sup>24</sup>

A ADI 4.556/RS foi igualmente julgada prejudicada, mas o agravo regimental do Conselho Federal da OAB encontra-se pendente de julgamento, sob o argumento de que não houve perda do objeto, pois a Lei 14.800/2015 do Estado do Rio Grande do Sul garantiu a percepção de pensão aos ex-governadores por 4 anos após o fim do mandato. Eis o teor da norma:

23 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/12/20/deputados-aprovam-fim-de-aposentadoria-a-ex-governadores-de-sc-governo-diz-que-nao-cumprira.htm>. Acesso em: 26 ago. 2020.

24 Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/09/24/acreprevidencia-nao-pode-suspender-pensao-de-ex-governadores-e-beneficio-e-mantido.ghtml>. Acesso em: 28 ago. 2020.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

*Art. 1º Na Lei 7.285, de 23 de julho de 1979, é dada nova redação ao “caput” do art. 1º, que passa a ser a seguinte: “Art. 1º Ao ex-Governador do Estado, que haja exercido o cargo em caráter permanente, fica assegurado um subsídio, mensal, a título de representação, igual ao vencimento de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, limitado ao período de 4 (quatro) anos, imediatamente posterior ao término do mandato, de acordo com a proporcionalidade temporal em que exerceu efetivamente o cargo.*

Com efeito, subsiste o interesse processual, dada a manutenção do benefício inconstitucional, ainda que de forma temporária.

Do mesmo modo, a ADI 4.620/MG foi julgada prejudicada devido à revogação da Lei 1.654/1957 pela Lei 19.575/2011, ambas do Estado de Minas Gerais. No entanto, foram mantidos os benefícios concedidos aos ex-governadores do Estado de Minas Gerais até a lei revogadora.<sup>25</sup>

No Estado do Amazonas, ocorreu situação ainda mais grave, pois a ADI 4.547/AM também foi julgada prejudicada devido à alteração perpetrada pela Emenda 75/2011 no art. 278 da Constituição do Estado do Amazonas. No entanto, tal modificação manteve o benefício a todos os ex-governadores até a publicação da emenda e, inclusive, ao governador em exercício:

<sup>25</sup> Os ex-governadores Eduardo Azeredo e Hélio Garcia, que governaram após 1988, permanecem recebendo a pensão. Disponível em: <https://amp-mg.jusbrasil.com.br/noticias/2809106/pensao-vitalicia-a-ex-governadores-e-extinta-em-minas>. Acesso em: 28 ago. 2020.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

*Art. 1º É suprimido o artigo 278 e seus §§ 1º e 2º, das Disposições Constitucionais Gerais da Constituição do Estado do Amazonas.*

*Art. 2º Respeitado o disposto no artigo 6º, da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro, esta Emenda Constitucional revogatória entrará em vigor na data de sua publicação, ficando assegurada esta garantia a quem tenha exercido de forma permanente a Chefia do Executivo Estadual, inclusive os do mandato em curso.*

As ADIs 4.575/RO e 2.347/RO foram igualmente julgadas prejudicadas. Em razão disso, o Estado de Rondônia continuava pagando pensões a ex-governadores e seus dependentes. Recentemente, porém, o Ministro Dias Toffoli proferiu decisão suspendendo liminar do Tribunal de Justiça de Rondônia que havia permitido a fruição do benefício inconstitucional.<sup>26</sup>

Veja-se que o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade das pensões de ex-governadores em vários estados brasileiros.

Verifica-se situação de extrema disparidade, pois nos Estados do Acre, Santa Catarina, Amazonas, Minas Gerais e Rondônia, que tiveram suas ADIs não conhecidas em razão da revogação das normas impugnadas, as pensões continuam sendo pagas aos governadores e dependentes, cujo suposto de direito se havia constituído até as leis revogadoras respectivas.

<sup>26</sup> STP 187/RO-MC, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 23.6.2020.





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

No Estado da Paraíba, embora a ADI 4.562/PB tenha sido julgada procedente, há notícia de que as pensões de ex-governadores e seus dependentes não foram suspensas, em evidente desobediência à decisão do STF.<sup>27</sup>

Já em relação ao Estado de Sergipe, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do art. 263 da Constituição Estadual, que concedia subsídio mensal e vitalício a ex-governadores:

*DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PENSÃO VITALÍCIA PARA EX-GOVERNADORES DO ESTADO DE SERGIPE (ART. 263 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL). DESEQUIPARAÇÃO SEM FUNDAMENTO CONSTITUCIONALMENTE LEGÍTIMO. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE, REPUBLICANO E DEMOCRÁTICO. INCONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES.*

*1. O benefício instituído pela norma impugnada – subsídio mensal e vitalício para ex-governadores, igual aos vencimentos do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça – é pago sem qualquer justificativa constitucionalmente legítima, representando inequívoca violação aos princípios da igualdade, republicano e democrático, consoante firme jurisprudência desta Corte. Precedentes: ADI-MC 4.552, Rel. Min. Cármen Lúcia; ADI 3.853, Rel. Min. Cármen Lúcia; SS 3.242, Rel. Min. Ellen Gracie; RE 252.352, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; ADI 1.461, Rel. Min. Maurício Corrêa.*

*2. A continuidade do pagamento inconstitucional desse subsídio mensal e vitalício a ex-detentor de cargo eletivo traduz-se também*

27 Disponível em: <https://marcelojose.com.br/2020/06/05/decisao-do-stf-nao-e-cumprida-na-pb-tce-cita-6-ex-governadores-que-recebem-pensao-de-r-23-mil-para-apresentarem-defesa-em-representacao-do-mp-de-contas-que-pede-a-suspensao-dos-pagamentos/>. Acesso em: 26 ago. 2020.





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

*em grave lesão à economia pública, já que não há qualquer contraprestação de serviço público por parte do beneficiado.*

*3. Ação direta de inconstitucionalidade cujo pedido se julga procedente.*

*(ADI 4.544/SE, Pleno, Rel. Min. Roberto Barroso, Julgamento: 13.6.2018, DJ de 11.9.2018.)*

A despeito dessa decisão que reconheceu a inconstitucionalidade de pensões concedidas a ex-governadores, o Estado de Sergipe editou a Lei 7.746, de 17.11.2013, que instituiu pensão especial à viúva do ex-governador Marcelo Déda e, em caso de impossibilidade do recebimento da pensão pela principal beneficiária, aos filhos do mesmo ex-governador, enquanto menores ou incapazes. Este é o teor da lei:

*Art. 1º Fica concedida uma Pensão Especial mensal, correspondente a 70% (setenta por cento) do subsídio de Governador do Estado, à Senhora Eliane Aquino Custódio, CPF(MF) nº 564.072.701-20, como dependente do Governador Marcelo Déda Chagas, falecido na titularidade do cargo.*

*Parágrafo único. A Pensão Especial de que trata esta Lei, na ocorrência de fato que impeça a continuidade do recebimento da mesma pensão por parte da beneficiária indicada no “caput” deste artigo, deve ser revertida em favor dos filhos do Governador Marcelo Déda Chagas, perdurando enquanto menores e/ou incapazes.*

No Estado do Pará, embora no julgamento da ADI 4.552/PA tenha sido declarada a inconstitucionalidade do art. 305 da Constituição estadual, que previa pensão vitalícia a ex-governadores, algumas pensões continuaram sendo pagas com fundamento em decisões judiciais e na Lei 5.360/1986,



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

daquele Estado, o que ensejou a propositura de uma nova ação de controle concentrado: a ADPF 591.

Assim, o que se pretende nesta arguição é que se dê tratamento equânime a todos aqueles que se encontram na mesma situação fática. Tal objetivo somente poderá ser alcançado por meio da cassação da prática inconstitucional consubstanciada na continuidade de pagamento de pensões e benefícios gratuitos e/ou distintos dos previstos no RGPS a ex-governadores e seus dependentes nos estados brasileiros, especialmente no Rio Grande do Sul, Acre, Santa Catarina, Amazonas, Minas Gerais, Rondônia, Paraíba, Sergipe e Pará. Respeitadas, obviamente, as situações consolidadas antes da CF/1988 e as decorrentes de decisões transitadas em julgado.

Enfim, é inegável que a reiterada prática de atos inconstitucionais que resultam no pagamento de pensões a ex-governadores e a seus dependentes, como decorrência do mero exercício de cargo eletivo e/ou distintos dos previstos no regime geral de previdência social, causa vultosos prejuízos aos cofres estaduais, a exigir a imposição de decisão de caráter amplo, geral e da forma mais abrangente possível, que somente se pode alcançar por meio da ADPF.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

### 3. CABIMENTO DA ARGUIÇÃO

A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), prevista no art. 102, § 1º, da Constituição Federal e regulamentada pela Lei 9.882, de 3.12.1999, volta-se contra atos comissivos ou omissivos dos poderes públicos que importem em lesão ou ameaça de lesão aos princípios e regras mais relevantes da ordem constitucional, quando não haja nenhum outro meio judicial apto a saná-la.

Nos termos da Lei 9.882/1999, da doutrina especializada e da jurisprudência firmada em torno do tema, convivem três modalidades de ADPF: (a) autônoma, para questionar ato material do poder público, conforme a figura do *caput* do art. 1º; (b) autônoma, para questionar ato normativo do poder público, especialmente quando for incabível a ação direta de inconstitucionalidade (atos municipais, normas de efeitos concretos e pré-constitucionais); e (c) incidental a uma outra ação, com fundamento no parágrafo único, I, do art. 1º c/c inciso V do art. 3º e § 1º do art. 6º.

Além disso, para o seu cabimento, é necessário que estejam presentes os seguintes requisitos: (a) exista lesão ou ameaça a preceito fundamental, (b) causada por atos comissivos ou omissivos dos poderes públicos, e (c) não haja nenhum outro instrumento apto a sanar esta lesão ou



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

ameaça. Esses três requisitos estão plenamente configurados, conforme se demonstrará a seguir.

Quanto ao primeiro ponto, nem a Constituição Federal nem a Lei 9.882/1999 definiram o que se entende como preceito fundamental. Há, porém, consenso doutrinário e jurisprudencial quanto ao entendimento de que direitos e preceitos fundamentais arrolados no texto constitucional se qualificam como tal (STF, ADPF 33, Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ de 27.10.2006). Nesta ação, defende-se a observância do princípio republicano, da igualdade e da moralidade, cuja lesão será adiante explicitada.

A Suprema Corte, no julgamento da ADPF 447/MT, admitiu a arguição de descumprimento de preceito fundamental para defesa dos princípios republicano e da igualdade, para afastar, em caso semelhante, a aposentadoria de ex-ocupantes de cargo eletivo pelo regime próprio:

*CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. LEIS 5.085/86, 6.243/93, 6.623/95, 7.498/01, 7.960/03 E 9.041/08, DO ESTADO DE MATO GROSSO. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS PARLAMENTARES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 40, § 13, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AGENTES POLÍTICOS. CARGOS TEMPORÁRIOS. FILIAÇÃO OBRIGATÓRIA AO RGPS. MODULAÇÃO DE EFEITOS. PRESERVAÇÃO DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À DECISÃO CAUTELAR.*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

1. *A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental é a via adequada para impugnação conjunta de atos normativos anteriores e posteriores à edição dos preceitos constitucionais que são invocados como parâmetros de controle.*
2. *A Emenda Constitucional 20/98 limitou a filiação aos regimes próprios de previdência apenas a servidores titulares de cargo efetivo, bem como vedou a criação de regimes previdenciários alternativos, em benefício de categorias determinadas.*
3. *Os agentes políticos, no exercício de mandato, desempenham cargos públicos temporários, de modo que se submetem à filiação obrigatória ao Regime Geral de Previdência Social, a teor do disposto no art. 40, § 13, da Constituição Federal, incluído pela EC 20/18.*
4. *A existência de regime previdenciário específico para os deputados estaduais de Mato Grosso, com condições mais vantajosas que aquelas definidas no RGPS, importa violação aos princípios republicano, da igualdade, da moralidade, da razoabilidade e da impessoalidade.*
5. *Medida cautelar confirmada e arguição julgada parcialmente procedente, com modulação dos efeitos da decisão, para resguardar os pensionistas que, até a data da publicação da decisão que deferiu a medida cautelar, já percebiam os benefícios previdenciários previstos nas leis invalidadas.*  
(ADPF 446/MT, Pleno, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Julgamento: 4.10.2019, DJe de 16.10.2019.)

Quanto ao segundo requisito, os atos comissivos e omissivos do poder público impugnados nesta ADPF consistem em prática inconstitucional reiterada dos estados de conceder, ou se abster de sustar, pensões, aposentadorias especiais e benefícios a ex-governadores e seus dependentes, em contrariedade à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Esta ADPF visa a obter uma decisão judicial que resolva definitivamente a questão, evitando o ajuizamento pulverizado de várias ações.

De resto, o terceiro ponto, que é o princípio da subsidiariedade, está plenamente atendido, dada a inexistência de outro meio eficaz a sanar a lesividade de forma ampla, geral e imediata (art. 4º, § 1º, da Lei 9.882/1999).

O Supremo Tribunal Federal, embora reconheça a validade jurídico-constitucional da subsidiariedade como pressuposto de negativa de admissibilidade da arguição de descumprimento (ADPF 17-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, *DJ* de 5.6.2002, e ADPF 126-MC, Rel. Min. Celso de Mello, *DJ* de 21.2.2013), não firmou ainda jurisprudência pacífica quanto aos critérios de sua aplicação.

Constata-se, basicamente, quatro vertentes do STF na aplicação do princípio da subsidiariedade para admissibilidade da ADPF:

- (i) ausência de cabimento de ação diversa (ADPF 141-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJ* de 17.6.2010; ADPF 172-Ref-MC, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJ* de 16.6.2009; e ADPF 228, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJ* de 10.8.2011);
- (ii) as ações do controle concentrado como parâmetro (ADPF 33, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJ* de 7.12.2005; ADPF 444, Rel. Min.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Gilmar Mendes, *DJe* de 16.9.2019; ADPF 513-MC, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 14.3.2018);

- (iii) analisa a eficácia das medidas cabíveis (ADPF 285, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 6.8.2019; e ADPF 394, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 17.2.2017);
- (iv) o esgotamento das vias possíveis para sanar a lesão ou a ameaça de lesão a preceitos fundamentais (ADPF 224-AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 28.8.2017).

Independentemente da vertente que se adote a respeito do princípio da subsidiariedade, há de se ressaltar que a ADPF é instrumento constitucional de natureza marcadamente objetiva.

Como ação que tutela o direito objetivo de maneira ampla, geral e abstrata, não há de ser permitida sua utilização para a tutela jurisdicional de controvérsias subjetivas passíveis de serem solucionadas por outros mecanismos disponíveis no ordenamento jurídico.

No caso, não há outro meio processual capaz de sustar e impedir de forma ampla, geral e imediata a reiterada prática inconstitucional consubstanciada no pagamento de pensões, aposentadorias especiais e benefícios





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

a ex-governadores e seus dependentes, a despeito de já ter o Supremo Tribunal Federal, em reiterados julgados, firmado entendimento sobre o tema.

Importante notar que, em vários estados, as pensões pagas a ex-governadores têm fundamento em normas revogadas, as quais não poderiam ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.

Além disso, a controvérsia versada – relativa à possibilidade de instituição de benefícios graciosos em favor de ex-ocupantes de cargos eletivos e seus dependentes – é constitucionalmente relevante e tem potencial de se repetir em outros processos atuais e futuros. Daí a necessidade de que o Supremo fixe tese sobre o tema, na forma do art. 10, *caput*, da Lei 9.882/1999.

Segundo André Ramos Tavares, em ADPF, *“mais do que apenas promover controle de constitucionalidade e declarar que determinado ato normativo viola preceito fundamental [em alguns casos], é preciso que a decisão indique também como interpretar e aplicar o preceito fundamental violado”*.<sup>28</sup>

No julgamento da ADPF 388/DF, ajuizada contra a nomeação de membro do Ministério Público para o cargo de Ministro da Justiça, o Ministro Gilmar Mendes, além de declarar a inconstitucionalidade da Resolução 72/2011

28 TAVARES, André Ramos. Repensando a ADPF no complexo modelo brasileiro de controle da constitucionalidade. Disponível em: <http://zip.net/bysntK> ou [http://www.mackenzie.br/fileadmn/Graduacao/FDir/Artigos/andre\\_ramos2.pdf](http://www.mackenzie.br/fileadmn/Graduacao/FDir/Artigos/andre_ramos2.pdf). Acesso em: 21 ago. 2020.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

do Conselho Nacional do Ministério Público, fixou tese de modo a determinar a exoneração, em vinte dias, de todos os membros do Ministério Público ocupantes de cargos fora da instituição, dada a contrariedade ao art. 128, § 5º, II, alínea *d*, da CF.<sup>29</sup>

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao deferir a Medida Cautelar na ADPF 347/DF, admitiu a propositura dessa espécie de ação em casos nos quais se pretende sustar atos omissivos e comissivos dos poderes públicos em clara violação de preceitos fundamentais, a evidenciar um “estado de coisas inconstitucionais”, e fixou várias teses a fim de minorar a situação de massiva violação de direitos humanos no âmbito do sistema penitenciário.<sup>30</sup>

No julgamento da ADPF 378/DF, o Supremo admitiu a apreciação cumulativa de pedidos como única forma capaz de assegurar o amplo esclarecimento do rito do *impeachment*.<sup>31</sup>

É incontestável, portanto, o cabimento desta arguição, por não haver outros meios processuais aptos a corrigir adequadamente a lesão a preceito

29 ADPF 388/DF, Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJe* de 1º.8.2016.

30 ADPF 347 MC/DF, Pleno, Rel. Min. Marco Aurélio, *DJe* de 19.2.2016.

31 ADPF 378 MC/DF, Pleno, Rel. Min. Edson Fachin, Red. p/ acórdão Min. Roberto Barroso, *DJe* de 8.3.2016.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

fundamental a seguir exposta, a teor do princípio da subsidiariedade, previsto no art. 4º, § 1º, da Lei 9.882/1999.

#### 4. OFENSA A PRECEITOS FUNDAMENTAIS

##### 4.1 Ofensa aos princípios republicano e da igualdade

O princípio republicano tem, como uma de suas premissas, a igualdade de oportunidades conferida a todos os cidadãos, a fim de materializar os objetivos fundamentais da República: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização, e reduzir as desigualdades sociais (art. 3º, I, II e III, da Constituição Federal de 1988).

Tal princípio, de ordem estruturante, repudia todo e qualquer benefício voltado a determinado grupo ou classe em detrimento dos demais sem fundamento jurídico suficiente.

Nas palavras de Canotilho, a igualdade é um princípio pressuposto pela forma republicana, que apresenta “*desconfiança congênita*” perante privilégios e formas de poder pessoal:

*Consequentemente, num governo republicano, a legitimidade das leis funda-se no princípio democrático (sobretudo no princípio*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

*democrático representativo) e conseqüente articulação da autodeterminação do povo com o “governo de leis” e não “governo de homens” (no sentido explicitado por Kant na Metafísica dos Costumes, §§ 52). Aqui se insere a desconfiança congênita do republicanismo perante formas de poder pessoal (dinásticas, militares, religiosas). Associada às exigências de legitimação, surge a ideia “antiprivilégio” respeitante à definição dos princípios e critérios ordenadores do acesso à função pública e aos cargos públicos.*

*26. De um modo geral, a forma republicana de governo prefere os critérios da electividade, colegialidade, temporariedade, pluralidade e publicidade, aos critérios da designação, hierarquia e vitaliciedade.*

*27. Note-se que, subjacentes a estes critérios, estão outros princípios pressupostos pela forma republicana de governo, como, por exemplo, os princípios da liberdade, da igualdade, do consenso e da publicidade. A mais moderna formulação do princípio da igualdade de acesso aos cargos públicos aponta para a ideia de oportunidade equitativa: a garantia do justo valor das liberdades políticas significa que este valor, quaisquer que sejam as posições sociais e económicas dos cidadãos, tem de ser aproximadamente igual, ou, no mínimo, suficientemente igual, no sentido de que todos tenham uma oportunidade equitativa de ocupar cargos públicos e de influenciar o resultado das decisões políticas.<sup>32</sup>*

A jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a previsão de pensão a ex-governadores, seus cônjuges supérstites e dependentes afronta o princípio republicano:

*Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 85, § 5º, da Constituição do Estado do Paraná. “Subsídio” mensal e vitalício a ex-governador que tenha exercido o cargo em caráter permanente.*

32 CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz (coord.). *Comentários à Constituição do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 72.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

*Aditamento à inicial. Dispositivos da legislação estadual (artigos 1º e 2º da Lei n. 13.426/2002, artigo 1º da Lei nº 16.656/2010). Inconstitucionalidade por arrastamento. Previsão de transferência do benefício ao cônjuge supérstite. Pensão. Precedentes do STF. Não devolução das verbas de caráter alimentar recebidas de boa-fé, tutela da confiança justificada dos cidadãos. Precedentes do STF. Ação direta julgada parcialmente procedente.*

*1. Revogação de ato normativo objeto de contestação de ação constitucional com o objetivo de fraudar o exercício da jurisdição constitucional ou cujo processo já tenha sido liberado para pauta de julgamento do Plenário não implica a necessária situação de perda superveniente de objeto. Precedentes do Supremo Tribunal Federal.*

*2. O Supremo Tribunal Federal definiu interpretação jurídica, na formação de precedentes, no sentido de que a instituição de prestação pecuniária mensal e vitalícia a ex-governadores, designada "subsídio", corresponde à concessão de benesse que não se compatibiliza com a Constituição Federal (notadamente com o princípio republicano e o princípio da igualdade, consectário daquele), por configurar tratamento diferenciado e privilegiado sem fundamento jurídico razoável, em favor de quem não exerce função pública ou presta qualquer serviço à administração.*

*3. Precedentes: ADI nº 4.544, Rel. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, DJe de 13/06/2018, ADI nº 3.418, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe de 20/09/2018, ADI nº 4.601, Rel. Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, DJe de 25/10/2018, ADI nº 4.169, Rel. Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, DJe de 25/10/2018, ADI nº 4.552-MC, Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe de 9/6/15; ADI nº 3.853, Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe de 26/10/07, ADI nº 1.461, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, DJe de 22/08/1997.*

*4. Inconstitucionalidade por arrastamento: art. 1º da Lei Estadual 13.426/2002 e art. 1º da Lei Estadual 16.656/2010 quanto à pensão das viúvas de ex-governadores, com vinculação de valor. Exclusão do art. 2º da Lei 13.426/2002, por impertinente.*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

5. *O caráter alimentar das verbas recebidas de boa-fé, por significativo lapso temporal, assim como a confiança justificada e segurança jurídica dos atos praticados pelo poder público estadual, impõe restrição aos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, assentando a inexigibilidade de devolução dos valores recebidos até a publicação do acórdão do presente julgado. Precedentes desta Suprema Corte.*

6. *Ação julgada parcialmente procedente, por maioria, para declarar a inconstitucionalidade do art. 85, § 5º, da Constituição do Estado do Paraná e, por arrastamento, declarar a inconstitucionalidade da Lei n. 16.656/2010 e do art. 1º da Lei n. 13.246/2002, ambas do Estado do Paraná.*

(ADI 4.545/PR, Rel. Min. Rosa Weber, Pleno, DJe de 7.4.2020.)

*ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMENDA CONSTITUCIONAL N. 35, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. ACRÉSCIMO DO ART. 29-A, CAPUT e §§ 1º, 2º E 3º, DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS E TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO SUL-MATO-GROSSENSE. INSTITUIÇÃO DE SUBSÍDIO MENSAL E VITALÍCIO AOS EX-GOVERNADORES DAQUELE ESTADO, DE NATUREZA IDÊNTICA AO PERCEBIDO PELO ATUAL CHEFE DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL. GARANTIA DE PENSÃO AO CÔNJUGE SUPÉRSTITE, NA METADE DO VALOR PERCEBIDO EM VIDA PELO TITULAR.*

1. *Segundo a nova redação acrescentada ao Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias da Constituição de Mato Grosso do Sul, introduzida pela Emenda Constitucional n. 35/2006, os ex-Governadores sul-mato-grossenses que exerceram mandato integral, em “caráter permanente”, receberiam subsídio mensal e vitalício, igual ao percebido pelo Governador do Estado. Previsão de que esse benefício seria transferido ao cônjuge supérstite, reduzido à metade do valor devido ao titular.*

2. *No vigente ordenamento republicano e democrático brasileiro, os cargos políticos de chefia do Poder Executivo não são exercidos nem*





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

*ocupados “em caráter permanente”, por serem os mandatos temporários e seus ocupantes, transitórios.*

*3. Conquanto a norma faça menção ao termo “benefício”, não se tem configurado esse instituto de direito administrativo e previdenciário, que requer atual e presente desempenho de cargo público.*

*4. Afronta o equilíbrio federativo e os princípios da igualdade, da impessoalidade, da moralidade pública e da responsabilidade dos gastos públicos (arts. 1º, 5º, caput, 25, § 1º, 37, caput e inc. XIII, 169, § 1º, inc. I e II, e 195, § 5º, da Constituição da República).*

*5. Precedentes.*

*6. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade do art. 29-A e seus parágrafos do Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul.*

*(ADI 3.853/MS, Rel. Min. Cármen Lúcia, Pleno, DJe de 26.10.2007)*

Ao examinar benefício instituído de forma graciosa a ex-vereadores, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE 638.307/MS, fixou a seguinte tese:

*Lei municipal a versar a percepção, mensal e vitalícia, de “subsídio” por ex-vereador e a conseqüente pensão em caso de morte não é harmônica com a Constituição Federal de 1988. (RE 638307 / MS, Pleno, Relator(a): Min. Marco Aurélio, DJe 13.3.2020)*

Enfim, o princípio republicano exige que, ao final do exercício de cargos de governador, seus ex-ocupantes retornem ao *status* jurídico anterior, sem quaisquer privilégios. Não há, portanto, critério razoável e proporcional capaz de legitimar tratamento privilegiado estabelecido em favor de ex-governadores.





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

#### 4.2 Afronta aos princípios da moralidade e da impessoalidade

A separação entre a dimensão do público e do privado, no processo histórico de fortalecimento das instituições, ganhou contornos definidos na gestão da “*res publica*” (coisa pública), com a inclusão, no texto constitucional, do princípio da probidade, do qual se desdobram a moralidade e a impessoalidade.

A Constituição Federal, que eleva à condição de princípios a probidade, a moralidade e a impessoalidade, revela projeto pelo qual o patrimônio material e imaterial do Poder Público não pode ser gerido com base em interesses privados, mas por conduta marcada pela ética republicana, seja na esfera administrativa, política ou judicial.

O constituinte originário definiu um compromisso ético e moral do Estado com a sociedade ao erigir princípios reveladores desse pacto como parte integrante da identidade básica da Constituição de 1988. Tanto que impôs sanções àqueles que os transgridam. Esses postulados consagram o ideal republicano. Ética republicana, por isso mesmo, há de funcionar como autêntico vetor norteador das instituições públicas e das funções estatais.

O princípio da moralidade impõe padrão de conduta aos agentes públicos e à administração pública, pautado não apenas no estrito cumprimento



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

da lei, mas no cumprimento desta com integridade, honestidade, boa-fé, ética e sempre visando ao atendimento do interesse público.<sup>33</sup>

O quadro ora delineado enquadra-se no que o Ministro Marco Aurélio aponta como “**inconstitucionalidade útil**”, na qual a morosidade do Poder Judiciário e a possibilidade de modulação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade representam estímulos para que sejam editadas “*normas à margem da Carta Federal, para que subsistam, com a passagem do tempo, as situações constituídas (...)*” (ADI 351-ED/RN, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 14.11.2016).

Enfim, é inadmissível a elaboração de leis imorais, cujo propósito seja privilegiar alguns poucos indivíduos. Benesses dessa natureza, aliás, costumam ter destinatários certos e determináveis, o que, ademais, implica contrariedade ao princípio da impessoalidade.

No caso, a Lei 7.746/2013 do Estado de Sergipe, beneficia, de forma literal e sem quaisquer subterfúgios, a viúva do ex-governador Marcelo Déda, o que contraria o princípio da impessoalidade.

---

33 Segundo Lucas Furtado, “quando a Constituição Federal expressamente menciona a moralidade administrativa e a eleva à qualidade de princípio distinto da legalidade, pretende que o primeiro princípio não se confunda com o segundo. A moralidade administrativa é o instrumento conferido pela Constituição Federal aos responsáveis pelo controle da Administração Pública a fim de que se possa exigir da Administração, sob pena de ilegitimidade dos atos decorrentes de condutas imorais, comportamento que, além de cumprir as exigências legais, seja ético (conforme observa o ilustre Celso Antônio Bandeira de Mello), observe padrões de boa-fé, de honestidade, que não incorra em desvio de finalidade etc.” (FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de direito administrativo*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012. p. 90).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

**4.3 Afronta à competência da União para estabelecer normas gerais sobre previdência social e à obrigatoriedade do RGPS para os ocupantes de cargos temporários**

Ressalte-se, ademais, que a atual repartição de competências legislativas entre os entes federativos orienta-se pelo princípio da predominância do interesse. Em matéria de previdência social, cabe à União a edição de normas gerais que busquem padronização nacional (art. 24, XII, § 1º da CF) e aos estados compete legislar de forma supletiva ou complementar, desde que observadas as regras constitucionais e federais sobre a matéria, a teor do que dispõe o art. 25, § 1º, da CF.

Desse modo, nem mesmo a autonomia dos estados ou sua competência concorrente em matéria de previdência social permitem a inovação jurídica mediante a criação de pensão, de natureza graciosa, sem previsão semelhante na legislação federal, tampouco na Constituição.

Além disso, o § 13 do art. 40 da Constituição de 1988, com a redação conferida pela EC 20/1998, determinou que todos os ocupantes de cargos temporários, inclusive cargos eletivos, como os governadores, se tornariam contribuintes obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Do mesmo modo, a redação atual do art. 40, § 13, da CF, com a redação conferida pela EC 103/2019, mantém a submissão dos ocupantes de cargos eletivos e seus dependentes ao RGPS:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

*Art. 40. (...)*

*§ 13. Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.*

Em recente julgado, na ADI 4.552/DF, a Suprema Corte declarou a inconstitucionalidade do art. 305 da Constituição do Estado do Pará, que previa subsídio mensal e vitalício a ex-governadores, ressaltando a temporariedade do exercício de tais cargos:

*AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 305 DA CONSTITUIÇÃO DO PARÁ. INCONSTITUCIONALIDADE DE PENSÃO VITALÍCIA PARA EX-GOVERNADORES. PRECEDENTES. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE.*

- 1. Os cargos políticos de chefia do Poder Executivo não são exercidos nem ocupados “em caráter permanente”, por serem os mandatos temporários e seus ocupantes, transitórios.*
- 2. Inexiste direito ao recebimento de pensão vitalícia por ex-governador.*
- 3. Ausência de parâmetro constitucional nacional e inauguração de padrão normativo estadual em desacordo com os princípios da Constituição da República, especialmente aqueles referentes às regras orçamentárias e aos princípios constitucionais da Administração Pública: Precedentes.*
- 4. Ação julgada procedente para declarar inconstitucional o art. 305, caput e § 1º, da Constituição do Pará.*  
(ADI 4.552/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, Pleno, DJe de 14.2.2019.)

Ademais, na maior parte dos estados, as pensões são vinculadas à “remuneração” dos atuais ocupantes dos cargos, o que afronta o art. 37, XIII,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

da Constituição Federal, que veda a vinculação e a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias.

É o caso, por exemplo, do art. 1º da Lei 7.746/2013 do Estado de Sergipe, ao conceder pensão à viúva de ex-governador, fixou-a em valor correspondente a 70% (setenta por cento) do subsídio de Governador do Estado, o que contraria o art. 37, XIII, da CF.

## 5. PEDIDOS CAUTELARES

Estão presentes os pressupostos para a concessão de medida cautelar. A plausibilidade jurídica do pedido (*fumus boni juris*) está suficientemente demonstrada pelos argumentos deduzidos nesta petição inicial, que encontram amparo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

O perigo na demora processual (*periculum in mora*) decorre da circunstância de serem de **incerta** ou de **difícil** reparação os danos ocasionados aos cofres públicos, ante a natureza de irrepetibilidade de verbas de caráter alimentar que, além de tudo, têm valores vultosos na maioria dos casos.

Além disso, tal quadro é agravado pela incerteza fiscal ocasionada pela epidemia da Covid-19 em todos os estados da federação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

No atual contexto de enfrentamento da epidemia da Covid-19, com queda substancial da arrecadação tributária dos entes da Federação, decorrente da paralisação de setores estratégicos para a economia, e da necessidade de auxílio estatal para a população mais carente de recursos, o pagamento de verba inconstitucional afigura-se ainda mais prejudicial ao interesse público e reclama a imediata censura por parte do Supremo Tribunal Federal.

Dessa forma, além do sinal do bom direito evidenciado pelos próprios fundamentos constitucionais em que se apoia esta ação direta, há premência por que essa Suprema Corte determine a imediata (i) suspensão, nos estados, de pagamentos de pensões, aposentadorias especiais e benefícios similares a ex-governadores e a seus dependentes, concedidos tão somente em decorrência do mero exercício de cargo eletivo e/ou à margem do regime geral de previdência social; (ii) suspensão de pagamento de pensões e benefícios graciosos e/ou distintos dos previstos no RGPS a ex-governadores e seus dependentes nos Estados do Rio Grande do Sul, Acre, Santa Catarina, Amazonas, Minas Gerais, Rondônia, Paraíba, Sergipe e Pará, concedidos tão somente em decorrência do mero exercício de cargo e/ou à margem do regime geral de previdência social.

Subsidiariamente, caso não seja deferido o pleito cautelar anterior, que seja determinada a suspensão dos efeitos da Lei 7.746/2013 do Estado de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Sergipe; da Emenda 75/2011 ao art. 278 da Constituição do Estado do Amazonas e das Leis 14.800/2015 e 7.285/1979, ambas do Estado do Rio Grande do Sul.

## 6. PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Em face do exposto, requer o PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA que esse Supremo Tribunal conceda, nos termos acima expostos, medida cautelar para (i) suspender, nos estados, pagamentos de pensões, aposentadorias especiais e benefícios similares a ex-governadores e a seus dependentes, concedidos tão somente em decorrência do mero exercício de cargo eletivo **e/ou à margem do regime geral de previdência social**, respeitadas as situações consolidadas antes da CF/1988 e as decorrentes de decisões transitadas em julgado; (ii) suspender o pagamento de pensões e benefícios gratuitos e/ou distintos dos previstos no RGPS a ex-governadores e seus dependentes nos Estados do Rio Grande do Sul, Acre, Santa Catarina, Amazonas, Minas Gerais, Rondônia, Paraíba, Sergipe e Pará, respeitadas as situações consolidadas antes da CF/1988 e as decorrentes de decisões transitadas em julgado; (iii) subsidiariamente, para suspender os efeitos da Emenda 75/2011 ao art. 278 da Constituição do Estado do Amazonas; da Lei 7.746/2013 do Estado de Sergipe e das Leis 14.800/2015 e 7.285/1979, ambas do Estado do Rio Grande do Sul.

Em seguida, pleiteia que se colham informações dos chefes do Executivo e do Legislativo dos estados do Rio Grande do Sul, Acre, Santa





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Catarina, Amazonas, Minas Gerais, Rondônia, Paraíba, Sergipe e Pará; e que se ouça a Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 103, § 3º, da CF. Superadas essas fases, pede prazo para a manifestação da Procuradoria-Geral da República.

Ao final, postula que seja julgado procedente o pedido, a fim de que o Supremo Tribunal Federal:

- (i) reconheça como lesiva a preceitos fundamentais da Constituição Federal a prática inconstitucional dos poderes públicos estaduais consubstanciada na edição reiterada de atos comissivos e omissivos que concedem ou se abstêm de sustar pensões, aposentadorias especiais e benefícios similares a ex-governadores e a seus dependentes, como decorrência tão somente do mero exercício de cargo eletivo e/ou à margem do regime geral de previdência social;
- (ii) declare a invalidade de atos dos poderes públicos estaduais que concedam, tenham concedido ou determinem o pagamento de pensões, aposentadorias especiais e benefícios similares a ex-governadores em todo o Brasil, tão somente em decorrência do mero exercício de cargo eletivo e/ou à margem do regime geral de previdência social, respeitadas as situações consolidadas antes da CF/1988 e as decorrentes de decisões transitadas em julgado;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

- (iii) confirmando a cautelar anteriormente pleiteada, determine definitivamente a cessação do pagamento de pensões, aposentadorias especiais e benefícios similares a ex-governadores e a seus dependentes, concedidos tão somente em decorrência do mero exercício de cargo e/ou à margem do regime geral de previdência social, respeitadas as situações consolidadas antes da CF/1988 e as decorrentes de decisões transitadas em julgado;
- (iv) conforme autoriza o art. 10, *caput*, da Lei 9.882/1999, fixe, em definitivo, tese no sentido de que é incompatível com preceitos fundamentais da Constituição Federal a concessão e a continuidade do pagamento de pensões, aposentadorias especiais e benefícios similares a ex-governadores e a seus dependentes, tão somente em decorrência do mero exercício de cargo eletivo e/ou à margem do regime geral de previdência social, respeitadas as situações consolidadas antes da CF/1988 e as decorrentes de decisões transitadas em julgado; e
- (v) caso não sejam deferidos os pedidos anteriores, subsidiariamente, requer a declaração de inconstitucionalidade do art. 278 da Constituição do Estado do Amazonas, com a redação da Emenda 75/2011, da Lei 7.746/2013 do Estado de Sergipe, e das Leis



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

14.800/2015 e Lei 7.285/1979, ambas do Estado do Rio Grande do Sul, pelos fundamentos anteriormente expostos.

Brasília, data da assinatura digital.

*Augusto Aras*  
Procurador-Geral da República  
*Assinado digitalmente*

ATM